



Exmo/a Senhor/a
SVET -Actividades Veterinárias, Lda.
Rua Francisco Luís Lopes, N.º 57

7520-212 SINES

NIF Entidade: 510196489

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 8471 / 2018	29/10/2018	2018/300.10.005/1126	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Procedimento 2018/300.10.005/1126 - Aquisição de serviços para acolhimento de animais errantes que necessitam de cuidados clínicos ou cirúrgicos

Exmos. Srs.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 25/10/2018, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de serviços para acolhimento de animais errantes que necessitam de cuidados clínicos ou cirúrgicos, pelo valor de € **12.195,12 (doze mil cento e noventa e cinco euros e doze cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Deverá ser disponibilizada Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12.

Remete-se em anexo a minuta do contrato a celebrar para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis V. Exas. se pronunciem sobre o teor da mesma, devendo ser indicado o vosso representante legal que outorgará o contrato.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

(No uso de competências delegadas, por despachos datados de 18 e 19 de outubro de 2017)